



AVENÇA
MENSÁRIO
DA
CGTP-IN

Abril de 1993
3.ª série — N.º 25
R. Vitor Gorden, 1-3.º
1294 Lisboa Codex
40500

ALAVANCA 40^h

NO MARCHO!

A CGTP-IN
apela à participação
de todos
os trabalhadores
nas comemorações
do Dia Mundial
do Trabalhador
que vai promover
por todo o país.
O momento
preocupante
que atravessamos
exige que o 1.º de Maio
deste ano seja
uma afirmação
inequívoca das razões
por que lutamos.
Se assim for, a festa
terá pleno sentido.

**SOLIDARIEDADE
UNIDADE E LUTA**



**PELOS SALÁRIOS
E EMPREGO
POR UMA POLÍTICA
DIFERENTE**

**VAMOS TODOS
PARTICIPAR NO NOSSO
1.º MAIO**

BREVES



Emílio Gabaglio agradece

O Secretário Geral da CES, Emílio Gabaglio, endereçou a Manuel Carvalho da Silva o seu "vivo agradecimento pela Resolução aprovada pelo 7º Congresso da CGTP-IN relativa à Jornada de Acção de 2 de Abril, bem como pela vossa participação na mobilização em Portugal, ao lado da UGT".

"O evidente êxito da Jornada incita-nos a multiplicar os esforços para apoiar as reivindicações da Confederação Europeia dos Sindicatos pelo emprego e pela Europa social", acrescenta a mensagem enviada por Emílio Gabaglio.

Ma'Huno e presos timorenses fora das cadeias

Perante a notícia da detenção do líder da Resistência Timorense, Ma'Huno, pelo exército de ocupação indonésio, a CGTP-IN manifestou publicamente o seu vivo protesto junto das autoridades e governos de Iacarta.

Ao mesmo tempo e a exemplo da acção que desenvolveu aquando da prisão de Xanana Gusmão, apelou ao Secretário Geral das Nações Unidas e ao Governo português para que desenvolvessem iniciativas tendentes à salvaguarda da integridade física e moral de Ma'Huno, exigindo a sua libertação imediata, bem como de todos os presos políticos.

INTERJOVEM

V acampamento terá programa farto

A exemplo do que tem feito nos últimos anos, a Interjovem vai promover, de 2 a 15 de Agosto, o seu V Acampamento, o qual vai voltar a Vila Nova de Milfontes, mais precisamente, ao Parque de Campismo do Sítio. Os promotores preparam já um farto programa de actividades desportivas, lúdicas e de informação e debate.

Assim, a nível desportivo, haverá uma corrida com obstáculo, chamada para paper, um estafeta, torneios de voleibol e de futebol de salão, para além de uma vascalhada, isto é, uma garrinçada com vazes. Quem gosta de dar às ancas terá uma "Noite Africana". Para os mais propensos à nostalgia, haverá uma "Noite de Fados". Para os que acham que é importante defender a cultura nacional, está programada uma "Noite de Música Popular Portuguesa", pois então, e ainda uma "Noite de Cantares Alentejanos", para honrar a terra que recebe os participantes deste V Acampamento. Os candidatos a Herman José poderão testar o seus dotes na "Noite da Anedota", pois, ape-



rar de a situação não ser nada risonha para os jovens, estes sabem que o riso é uma óptima terapêutica.

Costuma-se dizer que os jovens "são uma força da natureza". É por isso natural que sejam muitos os que não queiram perder a oportunidade de estar em contacto mais directo com a mãe-natureza e com o património cultural da região. Para esses, a Interjovem oferece um passeio turístico e uma visita guiada a um conchelo da zona.

Em suma, um programa a não perder. Inscribe-te logo que possas!

ALAVANCA
FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Coordenação de Edição: Hermínio Fernandes; Redacção: Júlio Cardoso, Manuela Monteiro, Helena Policarpio e Gonçalves André; Fotografia: João Silva, Grefelmo e Muelagem; Cristina Albuquerque e Rui Pereira; Cartoons: Matos Serra; Propriedade: Edições 1 de Outubro; Tiragem: 56 700 exemplares; Composição, Montagem e Impressão: Heska Portuguesa, SA; Depósito Legal: 4507/79; Morada: R. Vitor Gordon, Nº 1, 24 - 1294 Lisboa Codex; Telef.: 347 21 81 - Fax: 347 21 89 - Telex: 13672; Conselho Editorial: Ulisses Garrido (USL), Vieira Mendes (USS), Humberto Costa (FSTFP), Manuel Pisco (USS), Horácio Marcelino (FISCPG) Maria Augusta (SEP).

MULHERES

A propósito da idade de reforma das mulheres
Eles devem estar malucos

Eles devem estar malucos! Esta é a expressão que muitas mulheres trabalhadoras têm usado para classificar a intenção do Governo em aumentar a idade de reforma das mulheres para os 65 anos.

Na realidade, este propósito não merece ser classificado de outra forma. Mas, infelizmente, esta medida inscreve-se numa série de outras que o Governo já apresentou para "reestruturar" a Segurança Social. E reestruturar a Segurança Social é, para o Governo, esvaziar-lhe, aplicando a sua máxima intenção de "menos Estado, melhor Estado". Não se vê como, ou melhor dizendo, cada vez se vê menos onde está o "melhor Estado".

É que reduzir a responsabilidade do Estado, neste campo da Segurança Social, equivale a destruir um instrumento fundamental de solidariedade social que existe para assegurar a protecção na doença, na invalidez, no

desemprego, na velhice... E é contra essa destruição que todas e todos nós devemos lutar.

A Segurança Social tem problemas financeiros, é certo mas o Governo tem meios, se quiser, para os resolver e é urgente que os resolva. Não retirando direitos aos beneficiários, que cada vez irão precisar mais de uma Segurança Social, mas através de medidas inscritas numa verdadeira política de Segurança Social e esta passa, inquestionavelmente, pela assunção da responsabilidade social do Estado nesta matéria, e não o contrário.

Porquê o Orçamento do Estado para a Segurança Social é cada vez menor? Porquê o patronato ainda deve 300 milhões de contos (não contando com os juros) à Segurança Social? Onde e como são utilizados os milhões de contos que as e os trabalhadores descontam para a Segurança Social? Da resposta a estas e outras questões dependerá o futuro da

Segurança Social no nosso país.

Quanto aos argumentos que o Governo apresenta baseados na não discriminação, eles são, no mínimo, farsaiscos.

Quando lhe convém, o Governo evoca, a propósito e a despropósito, as Directivas Comunitárias e as deliberações do Tribunal da Comunidade. Ora, neste caso, a Directiva 79/7/CEE, relativa à concretização do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de Segurança Social autoriza, por um lado, que os Estados membros fixem idades de reforma diferentes para homens e mulheres (embora a tendência deva ser a de igualar essas idades) e, por outro, não obriga obviamente essa igualização pela idade mas

alta (no nosso caso pelo dos homens, 65 anos). Seria uma medida sem pé nem cabeça e dadas as realidades sociais do país seria uma medida com gravíssimas consequências para as trabalhadoras.

Para que haja igualdade e não discriminação há sim que reduzir a idade de reforma para os 62 anos tanto para os homens como para as mulheres, como a alínea a CGTP-IN vem reclamando há anos.

Ante tudo isto torna-se evidente que é preciso que cerremos fileiras e nos preparemos, desde já, para defender a Segurança Social, garantia colectiva da nossa própria segurança face a vários riscos e eventualidades a que estamos sujeitos.

Brevemente chegar-vos-á às mãos um postal editado pela CGTP-IN e endereçado ao Primeiro Ministro contra o aumento da idade de reforma das mulheres. Assina e envia-o ao destinatário. Essa será uma das formas de participação além da campanha a "CGTP-IN está à preparação da defesa da Segurança Social".

Como isto diz respeito também a todas e a cada uma de nós, aqui fica o apelo: participa!

REFORMADOS

Grande concentração no Dia Internacional do Idoso:
«Estamos fartos de promessas não cumpridas»

A Inter-Reformados e o MURPI levaram a efeito, no passado dia 7 de Abril, Dia Internacional do Idoso, uma concentração junto da residência oficial do Primeiro Ministro que juntou milhares de pensionistas e reformados, reivindicando melhores pensões, a revogação e suspensão de todas as medidas em curso que visam a destruição dos serviços públicos de saúde e da segurança social e o aumento das regalías da saúde cada vez mais cara para a população.

Na ocasião, a Inter-Reformados fez uma intervenção, cujas passagens mais significativas deixamos aqui reproduzidas que representam:

A Inter-Reformados sempre pugnou pela defesa dos direitos e regalías sociais daqueles

Podemos por isso dizer, sempre, que foi graças à luta das nossas organizações - CGTP-IN, MURPI e Inter-Reformados -, que conquistámos o 14% mais para os reformados. Isto por que andam por aí outros que ainda mal aparecem já dizem que isso foi conquista sua, e só se dá por que existem, porque têm fácil acesso aos corredores do poder.

Hoje, estamos confrontados com a intenção do Governo Cavaco Silva de piorar ainda mais a fórmula de cálculo das pensões, ao contrário do que temos reivindicado.

Isto apesar da grande maioria dos reformados e pensionistas (sobre)viver com pensões de miséria.

Mais de 90 por cento dessas pensões são inferiores a 30 mil escudos e mais de 75 por cento são mesmo iguais ou inferiores a 24700 escudos. É um facto que tem havido um envelheci-



mento gradual da nossa população, por má a dificuldade de financiar a segurança social devem-se, fundamentalmente, às dívidas do patronato (mais de 300 milhões de contos, sem contar com os juros), à fraca comparticipação do Orçamento do Estado para o pagamento das pensões não contributivas ou deficitárias, ao desvio das receitas da segurança social para pagamento de despesas de acção social, formação profissional, promoção de emprego e reestruturação de empresas, reformas antecipadas e, por fim, as trágicas consequências da desregulamentação do trabalho, tendo como efeitos mais imediatos o aumento do desemprego, do trabalho sem direitos sociais (trabalho verde), do trabalho clandestino (imigrantes) e do trabalho domiciliário, e que se repercutem depois na quebra de receitas da Segurança Social.

Há poucos dias, através de uma Portaria (diploma que não está sujeito ao controlo de outros órgãos da soberania), o Governo obriga os pensionistas por invalidez a sujeitarem-se a exames de revisão, o que, para além da falta de confiança nos actos médicos, pode acarretar o cancelamento das pensões e a passagem dos pensionistas à situação de desempregados.

Por isso que o Governo nos pretende matar a fome!

Nós, reformados, pensionistas e idosos não podemos sentir no agravamento das nossas já difíceis condições de vida. Por isso nos concentramos conjuntamente com o MURPI para protestar, como o têm feito outros sectores de actividade, como os agricultores, os pescadores e os trabalhadores em geral.

(...)

Mas nós também votamos e desta vez esperamos que eles (o Governo) tenham, também aí, o castigo que merecem, pois estamos fartos de promessas eleitorais nunca cumpridas."

1) um aumento intercalar de 6000 escudos, já que o índice de inflação se mantém em cerca de 9 por cento, em vez dos 5 a 7 por cento anunciados pelo Governo e a maioria das rendas de casa foi aumentada em 12 por cento;

2) a revogação imediata das taxas moderadoras

3) a suspensão de todas as medidas em curso que visam a destruição dos serviços públicos de saúde;

4) a comparticipação total ou parcial, por parte do Estado, em medicamentos, análises, radiografias e outros exames e meios de correção e compensação;

5) a revogação imediata da portaria 326/93 que prevê a revisão das pensões de invalidez;

6) a extensão do passe social a todos os reformados e aposentados, com 50 por cento de desconto, e a eliminação das actualizadas restrições impostas aos reformados."

Reivindicações

"Nós, reformados, pensionistas e idosos, reivindicamos:

Pensões de Invalidez:

Onde é que se viu tirar o que já se deu?

O Governo publicou no dia 19 de Março uma Portaria que prevê a revisão das pensões de invalidez. Este diploma tem em vista confirmar ou não a subsistência da situação de incapacidade.

A CGTP-IN reagiu de imediato a esta medida, considerando desde logo inadmissível não ter sido previamente ouvida sobre uma matéria que terá grandes impactos sociais.

A legislação do Governo vem retirar direitos a um numeroso grupo de beneficiários da segurança social, os quais criam legítimas expectativas no momento em que lhes foi declarada a pensão de invalidez.

Para começar, um diploma com estas características, que cria situações jurídicas novas relativamente ao diploma de enquadramento em que se baseia (Decreto nº 45266, de 23 de Setembro de 1966), nunca deveria ter a forma de Portaria, pois condiciona os poderes de fiscalização por parte de outros órgãos da soberania.

A CGTP-IN contesta também o seu conteúdo, já que, em sua opinião, esta medida é profundamente anti-social pela sua amplitude e pelas graves implicações que tem na vida das pessoas, afirma a CGTP-IN.

A Portaria prevê, a título exemplificativo, que todos os pensionistas com pensão de invalidez derivada duma incapacidade permanente, estabelecida anteriormente a 1 de Janeiro de 1988 ou no âmbito ou por ocasião de acções de reestruturação de empresas ou de sectores de actividade, sejam submetidos a uma confirmação da situação de incapacidade.

O mesmo acontece com aqueles que exercem cumulativamente uma actividade profissional ou frequentemente cursos de formação profissional.

Esta medida representa a mais profunda das hipocrisias, pois, em nome das "reestruturações" das empresas e do sector público e privado, o Governo andou, nos últimos anos, a criar os mais diversos estímulos através do sistema de segurança social e da legislação laboral, com vista a "forçar" os trabalhadores nas empresas a rescindir os seus contratos de trabalho, requerem pensões de invalidez, pré-reformas, reformas antecipadas, etc.

Transformar pensionistas em desempregados

Sem qualquer pudor, vem agora o Governo evocar esses motivos para levantar suspei-



tas sobre as situações de invalidez competentemente declaradas.

Mas não só. Com esta medida, o Governo vem colocar, uma vez mais, sob graves suspeitas os actos médicos.

A incapacidade é resultado de vários actos praticados por diversos médicos e cujo processo termina com uma junta médica.

A CGTP-IN está convicta de que a aplicação deste diploma pode causar graves problemas humanos e sociais a milhares de pensionistas, porque pode transformar, de um momento para o outro, um pensionista num desempregado.

Embora o diploma confira aos pensionistas com incapacidade total o direito ao subsídio de desemprego, igual ao

valor da pensão de invalidez que auferia, o certo é que o subsídio de desemprego não confere o direito ao 13º e 14º meses, assim como não tem a actualização que, todos os anos, as pensões têm.

O subsídio de desemprego tem um valor constante durante o período que se recebe.

Para além disso, logo que se esgotem os períodos de con-

cessão do subsídio de desemprego, quem tiver menos de 55 anos ficará sem qualquer meio de subsistência.

Não são mais risonhas as perspectivas que o diploma abre para os pensionistas com incapacidade parcial e que sejam declarados capazes para o trabalho ou que prestem qualquer actividade remunerada. A esses será, para e simplesmente, retirada a pensão.

Aumentos na banda dos 9-11 por cento

Pelos dados recolhidos pelo Gabinete de Estudos da CGTP-IN, os aumentos salariais acordados na contratação colectiva e em acções reivindicativas situam-se, em geral, numa banda de variações entre os 9 e os 11 por cento.

Existindo já um número significativo de convenções subs-critas, encontram-se, entretanto, em situação de impasse alguns importantes contratos, particularmente no que respecta a empresa do sector público.

Deve-se isso a uma situação de bloqueio directamente determinadas pelo Governo com o objectivo de impor aumentos salariais abaixo da inflação.

A análise feita pelo GES permite tirar a ilusão de que, apesar das dificuldades levantadas ao normal exercício da contratação colectiva devido à rigidez conhecida das posições do Governo e do patronato e apesar de muita contratação colectiva estar bloqueada, os resultados até agora alcançados são positivos e incentivam os trabalhadores a prosseguirem a sua acção de defesa e de melhoria do poder de compra dos trabalhadores. A CGTP-IN é de

opinião que são possíveis não apenas aumentos salariais de 8 por cento mas aumentos superiores. Os aumentos salariais não se obtém com mão-de-obra barata, mas com uma força de trabalho qualificada, motivada, e com boas condições de trabalho e usufruindo e exercendo direitos individuais e colectivos.

Contrariamente ao que vem sendo afirmado, os aumentos salariais não têm sido "excessivos" na economia portuguesa. Basará ter em conta a tendência que há muito se verifica no sentido da diminuição da parte dos salários na distribuição do rendimento nacional.

Em relação a 1992, não existem ainda dados definitivos, mas conhece-se já a evolução salarial nos três primeiros trimestres no sector privado que foi de 12,8 por cento (MESS, Remunerações), ou seja, praticamente a subida que, segundo o Governo, se terá verificado nos preços da produção interna (12,5 %).

Isto significa que se atendermos ao crescimento da produtividade, o custo unitário do trabalho incorporado na produção se deverá ter reduzido em 1992.

Governo apresentou "pacotes" aos parceiros sociais

A Comissão Permanente de Concertação Social reuniu no passado dia 5 de Abril para tomar conhecimento e debater os chamados novos instrumentos de desenvolvimento e modernização na Agricultura, Comércio e Indústria.

Nesta reunião, os minis-

tros das Finanças, do Comércio e Turismo, da Indústria e da Agricultura limitaram-se a informar, em segunda mão, aquilo que já tinham tornado público relativamente aos tão falados "pacotes".

Com efeito, os membros do Governo mais não fizeram que referir, em termos genéricos, as medidas de apoio à

exportação já conhecidas e de duvidoso impacto na reestruturação e modernização do aparelho produtivo. Segundo informaram os negociadores da CGTP-IN, os membros do Governo não avançaram com quaisquer medidas que viabilizem o aparelho produtivo real instalado e garantam os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores.

Perante este comportamento, a CGTP-IN entregou aos ministros respectivos uma listagem de 441 empresas da Indústria e do Comércio em dificuldades ou ameaçadas com "processos de reestruturação" e reclamou medidas concretas para a sua viabilização, para a garantia dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores.

Gato por Lebre

N um primeiro comentário à alocação feita ao país, através da RTP, pelo Primeiro Ministro, a CGTP-IN considerou que aquele "não assumiu com seriedade e a gravidade da situação económica e social do país e pretende escamotear as responsabilidades da política do Governo nos últimos anos".

O Primeiro Ministro veio reconhecer que, apesar de todos os apoios da Comunidade Europeia, apesar da dinâmica económica internacional até 1991, o seu Governo não conseguiu preparar o país e confirmar, de resto, que nunca teve uma estratégia

de desenvolvimento e modernização do país, afirmando no comunicado emitido pela central logo após a intervenção de Cavaco Silva.

A CGTP-IN concorda que a situação internacional se vem deteriorando desde 1991, mas entende que esta deveria constituir uma razão mais "para que o Governo não tivesse enveredado por uma política económica e financeira que teve como efeito agravar a crise na agricultura, na indústria, no comércio, no consumo". Essa política está a traduzir-se, agora, no aumento do desemprego, que passa já dos 8 por cento da população activa, segundo os próprios dados oficiais.

"É pena - acrescenta o comunicado - que o Primeiro Ministro não tenha aproveitado o seu discurso televisivo para anunciar uma nova política". Para a CGTP-IN, não só não o fez, como se limitou a repetir as mesmas orientações genéricas da sua política.

A CGTP-IN acusa Cavaco Silva de hipocrisia ao insistir na teoria do "obstáculo", afirmando hipocritamente que Portugal está em melhores condições que os outros países da Comunidade Europeia e que, nesta crise externa, Portugal não vai sofrer as consequências negativas que sofreu noutros.

A isso chama a CGTP-IN demagogia e minimização

dos graves problemas sociais que o nosso país já enfrenta. O Primeiro Ministro escamoteou que o nível de vida dos portugueses está muito longe da média comunitária.

Continua a teimar na recorra dos baixos salários, quando se sabe que os trabalhadores portugueses recebem salários que não só estão muito aquém como se dissociam cada vez mais dos salários dos restantes trabalhadores da Comunidade Europeia.

"O que o Primeiro Ministro deveria ter dinamizado a posição da CGTP-IN - é que o crescimento económico e o emprego passavam a ser a prioridade do país".

FESTA E LUTA POR TODO O PAÍS

A CGTP-IN promove as comemorações do 1.º de Maio em todo o país, em mais de 70 localidades, incluindo todas as capitais de distrito.

O quadro das comemorações prenuncia já mais um grandioso 1.º de Maio. Um 1.º de Maio de solidariedade, unidade e luta. E também de cantamentação, alegria e festa.

O auge das comemorações, em todas as localidades, são os desfiles, as manifestações, as concentrações e os comícios. Mas há também provas desportivas, espetáculos, jogos e música populares.

Sem fazer uma calendarização exaustiva de todas as localidades e iniciativas, os pontos altos das comemorações do 1.º de Maio são os seguintes:

FARO
Alameda João de Deus
16h00 desfile
17h00 comício/festa

AVEIRO
15h00 concentração
no Largo da Estação seguida
de manifestação
16h00 comício/festa
no Largo do Rossio

BEJA
Parque das Merendas
14h00 comício/festa

OURIQUE
Barragem da Rocha
14h00 comício/festa

BRAGA
Avenida Central
15h00 concentração

BRAGANÇA
Junta à Escola Primária
do Bairro da Estação
15h00 comício/festa

MIRANDELA
Praça 3 de Outubro
15h00 comício/festa

COVILHÃ
14h00 convívio no Parque
da Floresta
18h00 comício/festa

CASTELO BRANCO
Praça dos Louteiros
15h00 comício/festa

TORTOSENDO
10h00 manifestação
15h00 convívio
no Parque de Merendas

UNHAIS DA SERRA
15h00 convívio
no Parque da Vila

COIMBRA
14h30 concentração
e desfile da Praça
da República ao Parque
Manuel Braga
17h00 comício/festa

FIGUEIRA DA FOZ
Praça 8 de Maio
14h30 concentração/festa

ÉVORA
Jardim Público
11h00 concentração
comício
12h00 manifestação desfile

GUARDA
Jardim José de Lemos
14h30 concentração

GOUVEIA
Frente à Câmara Municipal
15h30 concentração

MANTEIGAS
Centro Cívico
16h00 concentração

MARINHA GRANDE
Praça do Vidreiro
16h00 concentração
Manifestação

LISBOA
14h30 desfile Martin
Moniz/Alameda

FUNCHAL
Parque Almirante Reis
18h00 comício

PORTALEGRE
Jardim da Corredura
15h00 comício

ELVAS
Praça da República
11h00 comício

PONTE SÓR
Jardim
11h00 comício

PORTO
30/4/93 Homenagem
aos mortos
no 1.º de Maio de 1982
1/5/93 Baixa do Porto
15h00 manifestação
e espectáculo

PONTA DELGADA
Praça 5 de Outubro
14h30 festa/comício

TORRES NOVAS
Largo das Piscinas
17h00 comício/festa

ENTRONCAMENTO
Parque do Bonito
15h00 festa

SETÚBAL
Quebedo
15h00 concentração
e manifestação
Av. Luísa Tody
17h00 comício/festa

ALCÁCER DO SAL
Barragem do Pego
do Alcar
Festa/comício

GRÁNDOLA
Largo C2u das Rosas
17h00 festa

**SANTIAGO
DO CACÉM SINES
ILHA
DO PESSEGUIRO
E PORTO COVO**
14h00 festa

SANTO ANDRÉ
Largo Zeca Afonso
15h00 comício/festa

VIANA DO CASTELO
Praça da República
15h00 comício/festa

VALENÇA
Jardim Público
15h00 festa

VILA REAL
Av. Carvalho Araújo
Tarde: concentração/festa

CHAVES
Largo das Caldas
Tarde: concentração/festa

RÉGUA
Alam. dos Capitães
Tarde: concentração/festa

VISEU
Rossio
15h00 concentração
e espectáculo

MANGUALDE
Largo da Câmara
15h00 concentração
e espectáculo

LAMEGO
Avenida
15h00 concentração
e espectáculo

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL E DO 1.º DE MAIO

QUE NINGUÉM FALTE!

Se há datas que são caras aos trabalhadores portugueses, elas são o 25 de Abril e o 1.º de Maio. São, não só pelo seu carácter progressista e libertador, mas também porque representam duas referências fulcrais da acção organizada e da luta da classe trabalhadora.

As comemorações deste ano decorrem num contexto em que se acentuam os sinais de descalbro económico e simultaneamente se multiplicam os factores de incerteza e angústia para os trabalhadores.

Por isso, a CGTP-IN apela a todos os trabalhadores do nosso país para que integrem as comemorações do Dia da Liberdade e participem no vasto conjunto de iniciativas com que a CGTP-IN e as suas estruturas vão assinalar o Dia Mundial do Trabalhador.

Que ninguém falte.

Há todas as razões para que o 1.º de Maio deste ano seja uma poderosa afirmação das nossas razões e das nossas reivindicações. Há todas as razões para que façamos do 1.º de Maio uma grande jornada de solidariedade, de unidade e de luta, pelos salários e pelo emprego, por uma política diferente.

SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL



A CGTP-IN saúda entusiasticamente as comemorações do 19.º aniversário do 25 de Abril, Dia da Liberdade, e convida todos os trabalhadores portugueses a associarem-se às comemorações que vão ser promovidas, em unidade, por todo o país.

Comemorar o 25 de Abril, hoje, em que muitas das conquistas que proporcionou estão a ser alvo de ferozes ataques ou correm mesmo perigo, significa, na perspectiva da CGTP-IN, acentuar a luta por uma política diferente da que vem sendo seguida e que é responsável pelo agravamento das dificuldades económicas e pelo aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais.

Comemorar, hoje, o 25 de Abril significa lutar para que haja, no nosso país, "uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de

vida de todos os portugueses", como proclamava o Programa do MFA.

Comemorar, hoje, o 25 de Abril significa impedir a intolerável deterioração das condições de vida das classes já sacrificadas, dos grupos sociais marginalizados em bolsas extremadas de pobreza, por força de um neo-liberalismo despiadado e segregacionista.

Há 19 anos, a CGTP-IN, força organizada dos trabalhadores portugueses, foi factor decisivo para a consolidação do processo revolucionário e para a vitória da democracia. Hoje, mantém-se fiel aos ideais de Abril e assume a responsabilidade de continuar a mobilizar os trabalhadores para que, progressivamente, esses ideais se concretizem no nosso país.

Essa fidelidade foi reafirmada no seu VII Congresso e é comprovada pela acção diária que desenvolve em estreito contacto com os trabalhadores para que estes tenham melhores condições de vida e de trabalho.

25 de Abril, sempre!

1.º DE MAIO

JÉM
E!Abril e o 1º de Maio. São
representam duas referênciasam os sinais de descalabro
angústia para os trabalha-que integrem as comemora-
ões que a CGTP-IN e as suasafirmação das nossas razões
Maio uma grande jornada de
a política diferente.

E ABRIL

saída
men-
mora-
ani-
25 de
de, e
hado-
arem-
vão
dade.
Abril,
das
s das
prio-
fero-
rrem
ca, na
-IN,
poli-
vem
resen-
mentos
micos
das
dadesvida de todos os portugueses",
como proclamava o Programa do MFA.Comemorar, hoje, o 25 de Abril
significa impedir a intolerável
deterioração das condições de
vida das classes já sacrificadas,
dos grupos sociais marginalizados
em bolsas extremadas de pobreza,
por força de um neo-liberalismo
despiciado e segregacionista.Há 19 anos, a CGTP-IN, força
organizada dos trabalhadores
portugueses, foi factor decisivo
para a consolidação do processo
revolucionário e para a vitória da
democracia. Hoje, mantém-se
fiel aos ideais de Abril e assume
a responsabilidade de continuar
a mobilizar os trabalhadores para
que, progressivamente, esses
ideias se concretizem no nosso
país.Essa fidelidade foi reafirmada
no seu VII Congresso e é
comprovada pela acção diária
que desenvolve em estreito
contacto com os trabalhadores
para que estes tenham
melhores condições de vida
e de trabalho.

25 de Abril, sempre!

Passados 107
anos desde os
acontecimentos
que lhe deram
origem, o 1º de
Maio, Dia Mundial do
Trabalhador, vai ser
celebrado, de novo e
com redobrada
determinação, pelos
trabalhadores de todo
o mundo.Vai ser de novo uma
grandiosa homenagem ao
heróico e ao sangue
derramado pelos
nossos companheiros
ao longo dos anos
para que pudéssemos,
hoje, viver melhor e
mais livres da
exploração e da
opressão.Maio maduro, expressão
máxima da experiência
de luta dos
trabalhadores de
todo o mundo,
mas sempre moço,
porque sempre
diferente, rasgando,
em cada ano,
novos horizontes,
anunciando sempre
novas perspectivas
para a acção
libertadora do
movimento
operário internacional.Maio nascido da
luta, crescendo para
a vida. Daí, a sua
irresistível atracção.
Daí, ser a maior e
mais universal de
todas as comemora-
ções, saindo, hoje
como sempre, às
ruas, colorindo-as
de esperança e
incutindo ânimo e
confiança numa
vida melhor para
quem produz as
riquezas.Maio projecto de
futuro, reafirmando,
em cada ano,
que os ideais que
têm feito progredir
a Humanidade se
mantêm vivos na
consciência de quem
trabalha. Maio
justiça, liberdade,
fraternidade e
igualdade.Maio que é hoje
comemorado num
clima em que se
multiplicam os
factores de
incerteza e
angústia para os
trabalhadores de
todo o planeta.Em Portugal e em
resultado de uma
política contrária
aos interesses dos
trabalhadores e do
país, o aparelho
produtivo está em
desagregação,
por não ter sido
devida e oportuna-
mente modernizado.Os encerramentos e
falências de
empresas sucedem-
se a ritmos
alarmantes.O desemprego
cresce, situando-
se já nos 8 por
cento da população
activa, segundo os
próprios dados
oficiais.Os empregos
precários e
clandestinos e os
contratos a prazo,
o trabalho ao dia
e à hora, o aluguer
de mão-de-obra e
o falso trabalho
independente são
cada vez mais
uma regra.O trabalho infantil
continua a
enriquecer
empresários sem
escrúpulos, enquan-
to o Governo, em
vez de combater
eficazmente esta
chaga social,
prefere continuar
a escondê-la da
opinião pública
nacional e inter-
nacional.O poder de compra
dos nossos
salários degrada-
se. Não só
recebemos menos
que todos os
demais trabalha-
dores da
ComunidadeMANIFESTO
DO 1º DE MAIOSOLIDARIEDADE
UNIDADE E LUTAPELOS SALÁRIOS
E EMPREGO
POR UMA POLÍTICA
DIFERENTE*Só com mais solidariedade, unidade e luta lograremos travar a destruição
do aparelho produtivo nacional e criar condições para que sejam adoptadas
políticas que promovam o desenvolvimento e a modernização efectiva do país.**Só com mais solidariedade, unidade e luta conseguiremos ver garantidos o
direito ao trabalho e à segurança no emprego.**Só com mais solidariedade, unidade e luta obteremos uma melhoria real
dos salários.**Só com mais solidariedade, unidade e luta defenderemos e promoveremos
realmente o direito à segurança social, à saúde, ao ensino e à habitação.**Só com mais solidariedade, unidade e luta combateremos eficazmente
as desigualdades e injustiças sociais.**Só com mais solidariedade, unidade e luta ergueremos uma barreira segura
contra os atropelos e as violações dos nossos direitos.**Só com mais solidariedade, unidade e luta, é possível criar as condições
para a concretização de uma alternativa à política deste Governo.**Só com mais solidariedade, unidade e luta estaremos a ser fiéis ao espírito
de Maio.**pelos salários, pelo emprego, por uma política diferente, com solidariedade,
unidade e luta,*

VAMOS TODOS PARTICIPAR NO 1º DE MAIO!

Europa, como se agrava o
fosso que separa os nossos
salários dos salários que
aqueles auferem. O valor
do salário mínimo nacional
fixado para este ano é ridí-
culo e constitui uma afronta
à dignidade dos trabalha-
dores.As pensões de reforma, os
abonos e outras prestações
sociais são miseráveis.A par disso, assistimos a
uma crescente desrespon-
sabilização social do
Estado, sobretudo nas
áreas da saúde e seguran-
ça social, onde o Governo
está a desferir um feroz
ataque a direitos funda-
mentais, garantidos pela
Constituição da
República. São de realçar,
neste aspecto, as pressões
que o Governo está a fazer
para alterar o actual re-
gime das pensões de invali-
dez.Ganham carácter siste-
mático os atropelos e as
violações aos direitos dos
trabalhadores e campeia,
como a mais arripante das
impunidades, a repressão
contra os dirigentes e
activistas sindicais.Em Portugal, continua-
mos sujeitos aos mais
sobrecarregados horários
de trabalho de toda a
Comunidade, onde já se
reivindica horários sema-
nais de 35 horas. A exi-
gência do máximo das 40
horas semanais é, portan-
to, uma exigência perfeita-
mente razoável que deve
ser rapidamente satisfeita.Em resultado de uma
política socialmente in-
justa, aprofundam-se as
desigualdades e as in-
justiças sociais, fazendo
com que a ostentação e o
esbanjamento mais
desacarados coexistam
com a pobreza e a
miséria mais gritantes.Por todas estas razões,
é imperioso que o 1º de
Maio deste ano seja de
solidariedade, unidade e
luta. Seja Maio pelos
salários e pelo emprego.
Seja Maio por uma
política diferente.Esta é a bandeira. É este
o lema que a CGTP-IN
ergue nas comemorações
do 1º de Maio de 1993.
Será imbuídos destes
superiores valores e
objectivos que os
trabalhadores portu-
gueses participarão
maçicamente nas
manifestações e acções
que a sua grande
central sindical vai
promover de Norte a
Sul do país.Esta é uma exigência
avivada pelo momento
preocupante que
atravessamos e que
exige de nós respostas
conjugadas e globais.
O individualismo e a
divisão não favorecem,
não servem as causas
comuns. Muito menos,
agora, que estamos
confrontados com uma
feroz ofensiva do
Governo e do patronato,
destinada a fazer-nos
pagar a factura das
políticas erradas em que
persistem.

Jornada Europeia de 2 de Abril afirmou

«É imperioso e urgente mudar de rumo»

A Jornada Europeia de Acção de 2 de Abril, convocada pela Confederação Europeia dos Sindicatos, teve no nosso país uma expressão unanimemente reconhecida como "memorável".

Muitos milhares de trabalhadores responderam ao apelo dos seus sindicatos e manifestaram-se em unidade e com grande determinação. Fizeram-no do Norte ao Sul do país, mas foram a concentração e o desfile realizados na capital que mais suscitaram as atenções da opinião pública.

O Largo Camões foi pequeno para albergar tanta gente: família de justiça social e que dali rumou, num longo desfile, até à residência oficial do Primeiro Ministro. Como é seu hábito, nestas alturas, o chefe do Executivo nunca está em casa.

Os manifestantes aprovaram uma moção em que estão contempladas as principais razões de protesto dos trabalhadores. "Estamos aqui, e por toda a Europa - diz o texto da moção - para dizer que é imperioso e urgente mudar de rumo, que é indispensável mudar as políticas económica e monetária, que não mais é possível avançar sem uma política social europeia, assente na criação de empregos para todos, garantindo o direito ao trabalho, e na harmonização social no progresso".



É isso, de facto, que os trabalhadores querem e exigem. Porque não é isso que têm, porque a Europa actual não é a Europa que querem nem sequer a Europa que lhes prometam.

Multiplicam-se os factores de incerteza

Com efeito, "vivemos, hoje, em Portugal e na Europa, tempos em que se multiplicam os factores de incerteza e insegurança, de

angústia e inquietação", disseram.

O panorama em Portugal começa a ser altamente preocupante. A política económica seguida desaproveitou os meios e uma conjuntura favorável. Não promoveu a modernização e prejudicou as empresas. Reconduziu-nos a uma situação em que os encerramentos e as falências sucedem e em que volta a crescer o número de trabalhadores com salários em atraso.

Foi dito mais: "Em simultâneo com tudo isto, e com



No dia 2 de Abril, a CGTP-IN promoveu acções nos principais centros urbanos do país, empenhada em que a Jornada Europeia de Acção tivesse uma forte expressão. Na foto: aspecto da grande concentração promovida pela União de Sindicatos do Porto na Baixa Portuense.

uma impunidade de provocar calafrios, o governo e o patronato promovem políticas que excluem do mercado de emprego mulheres e homens a partir dos 45 ou 50 anos, considerando que estão velhos e se tornam num fardo inútil de que as empresas e até a administração pública têm de se livrar."

Cientes da gravidade da situação, os trabalhadores portugueses, no dia 2 de Abril, juntaram a sua voz à dos outros trabalhadores da Europa, para exigirem "uma

política de desenvolvimento económico e social que crie empregos e promova a estabilidade do emprego, o que exige também o relançamento do crescimento sustentável e criador de empregos, o que implica a redução coordenada das taxas de juro e o crescimento do investimento público na habitação, nos equipamentos colectivos, na protecção do ambiente e nas infraestruturas".

Reivindicaram, em termos mais específicos a anulação das ameaças de despedimento

na Administração Pública, a garantia do exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e seus representantes, a concretização da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, a redução do tempo de trabalho para as 40 horas, o aumento real dos salários, a melhoria efectiva do sistema de Segurança Social e o combate eficaz à exploração do trabalho infantil e à precarização do emprego.

Privatizações não servem interesses do país e das populações

No passado dia 14, os trabalhadores de grandes empresas pertencentes ao Sector Empresarial do Estado, como a EDP, Cimpor, Siderurgia, Tabacaria, CP, Correios e Comunicações, Portucel e TAP movimentaram-se, levando a efeito plenários, acções de protesto junto das sedes das respectivas empresas ou dos ministérios da tutela e promovendo o esclarecimento das populações.

Pelas 16 horas, convergiram para a Praça do Rossio, dali desfilando até ao ministério das Finanças, onde realizaram um leilão simbólico do Governo e da sua política e fizeram entrega de uma Resolução ali mesmo aprovada, que fizeram acompanhar de dossiers

relativos a cada uma das empresas.

A base de licitação para o "leilão" deveria obrigatoriamente cobrir o montante dos prejuízos que o Governo já causou ao país com as privatizações, a destruição do aparelho produtivo, o desemprego e os cortes nos direitos sociais e a degradação dos serviços às populações.

Esta denúncia pública prosseguiu nos dias seguintes. Assim, os trabalhadores da Solisor/Setenave desfilaram, no dia 15, até ao Governo Civil de Setúbal, em defesa do sector naval e contra os despedimentos. No dia 16 de Abril, a TAP esteve em greve durante 24 horas igualmente contra os despedimentos e pela defesa da empresa.

A Resolução entregue no ministério das Finanças diz

que se verifica "a falência das teses que proclamavam que as privatizações iriam dinamizar e modernizar o aparelho produtivo". Os factos e a vida demonstram que o grande capital nacional e estrangeiro, depois de instalado no sector financeiro, "aguarda o resultado do desmantelamento e desmembramento de grandes empresas e sectores para as comprar em leilão".

Neste processo, o Governo português é acusado de "não acutelar os interesses de Portugal, nem apresentar uma estratégia de desenvolvimento económico, limitando-se a arrecadar os dinheiros dos leilões que promove e realiza".

Primeiro, foi a pulverização da Quimigal e da RN. Agora avança para o desmembramento da CP, da EDP, da Portucel, dos

Correios e Comunicações, dos Cimentos. Afronta igualmente o futuro da TAP e os direitos dos seus trabalhadores.

"Numa investida sem precedentes - acrescenta o texto da Resolução -, o Governo ataca simultaneamente a Administração Pública, visando a desresponsabilização do Estado e a privatização nas áreas da Saúde, da Educação e da Segurança Social".

Por tudo isto, os representantes dos trabalhadores do SEE consideraram ser necessário sustar esta política e reclamaram a imediata paragem da política privatizadora do Governo.

Exigiram também que o Governo dê respostas às reclamações apresentadas e de concretização à audiência que o ministro das Finanças há um ano recusou.



"Leilão" do Governo: "Quem não o conhecer que o compre"

O "leilão do Governo", organizado pelas organizações representativas dos trabalhadores do sector empresarial do Estado no passado dia 14, em frente do ministério das Finanças, saldou-se num fracasso. Não foi feita qualquer oferta nem nenhum dos presentes mostrou o mínimo interesse em arrematá-lo. É evidente que a base de licitação inicial era bastante elevada, pois teria que cobrir o montante dos prejuízos que o "leilão" já causou com as privatizações, a destruição do aparelho produtivo, o desemprego e os cortes nos direitos sociais e a degradação dos serviços às populações.

Os organizadores tiveram que ir baixando sucessivamente a parada, até a oferecerem "de borda", convencidos de que ainda seria o melhor para evitar maiores prejuízos para o país e os trabalhadores. Nem mesmo assim apareceu quem quisesse arrematá-lo. O único comentário que se ouviu foi: "Quem não o conhecer que o compre!"

Concluiu ali mesmo retirada, no final da "operação": a única forma de livrar o país de um tal Governo é continuar e redobrar a luta.

EDI
De
6%

A
superior a
por ano, a
de 1992, q
7262

Continuar
sões para
dores acce
seus contr
Ao mes
encerrad
postos de
EDP, com
tos preju
800 mil p
idade inst
trabalhad
dispostos
contra um
resse e qu
balhadore
Esta dis
voca em
conferên
a FSTIEP
13 de Ab
CGTP-IN
a particip
Carvalho
além de c
tral, é dir
di, e cri
das Indús
Norte.

A prime
da logo p
envolvem
ção de act
horas, jun
Indústria,
ção até a
Finanças,
horas, se



A Gre
terror psic
por cento,
portaria, l
conquista
dialogar co
A firmeza
Abril e qu

EDP:

Defesa do emprego é tudo, 6% de aumento não é nada

A redução de postos de trabalho na EDP tem vindo a processar-se, desde 1986, a um ritmo superior a mil trabalhadores por ano, atingindo, em finais de 1992, qualquer coisa como 7262 despedimentos. Continuam, porém, as pressões para que outros trabalhadores aceitem a rescisão dos seus contratos.

Ao mesmo tempo foram encerradas 139 agências e postos de atendimento da EDP, com evidentes e directos prejuízos para cerca de 800 mil pessoas. A instabilidade instalou-se no seio dos trabalhadores que se afirmam dispostos a continuar a lutar contra uma política que vai contra os seus direitos e interesses e que não serve os trabalhadores e o país.

Esta disposição foi inequivocamente reafirmada na conferência de imprensa que a FSTIEP promoveu no dia 13 de Abril, na sede da CGTP-IN, e que contou com a participação de Manuel Carvalho da Silva que, para além de coordenador da Central das Indústrias Eléctricas do Norte.

A primeira acção foi marcada logo para o dia seguinte, envolvendo uma concentração de activistas, pelas 14.30 horas, junto do Ministério da Indústria, seguida de deslocação até ao Ministério das Finanças, onde, cerca de 16 horas, se manifestaram em



Trabalhadores da EDP protestam junto da Administração

conjunto com activistas de outras empresas do Sector Empresarial do Estado.

João Torres, falando na conferência de imprensa em nome da FSTIEP, declarou que não há razões objectivas que justifiquem o desmembramento da EDP que o Governo tem em mira. "Não há nenhuma directiva comunitária que obrigue a tal e o que se assiste nos outros países é que há empresas únicas, como é caso da França, e noutros países ainda, como na Bélgica e na Espanha, o sector energético nacional e composto por várias empresas que, neste momento, se estão

a unir para serem mais competitivas face ao Mercado Interno".

Dito isto, João Torres declarou ter alguma dificuldade em compreender que em Portugal, isto é, dividir a EDP.

"Só vislumbramos razões políticas - disse - para que esta empresa seja desmembrada e privatizada".

O Governo quer preparar o terreno. Daí, os despedimentos, a tentativa de impor aumentos salariais de 6 por cento e a recusa do Conselho de Administração de continuar as negociações sobre qualquer matéria de expressão

penuniária do Acordo de Empresa.

Esta atitude é tanto mais estranha quanto é verdade que a EDP tem vindo a apresentar nos últimos anos resultados extremamente elevados, prevendo-se para 1992 cerca de 22 milhões de contos de lucros. No quinquénio de 1987 a 1991, a empresa registou um aumento de produtividade da ordem dos 49,5 por cento, enquanto o índice nacional foi apenas de 10,1 por cento, como informou João Torres antes de concluir que, neste quadro, "6 por cento de aumento não é nada".

Trabalhadores dos transportes desafiam ministro

As estruturas sindicais representativas dos trabalhadores dos transportes ferroviários, aéreos, rodoviários e urbanos afectas à CGTP-IN acabam de desafiar o Governo a dar instruções às administrações das empresas no sentido de estas apresentarem propostas que respondam às exigências mínimas colocadas pelos trabalhadores do sector.

O desafio foi lançado na convicção de que está, "agora mais do que ontem, nas mãos do Governo e das administrações das empresas a possibilidade de viabilizar um acordo, evitando os prejuízos que a sua ausência provoca, potenciando as vantagens que uma solução consensual favorece".

As organizações sindicais consideram ser inaceitável e insustentável a situação vivida em empresas de transportes tuteladas pelo Estado de recusa efectiva ao diálogo e à negociação, nomeadamente em matéria salarial.

Recordam que "as administrações das empresas CP, Carris e Transtejo vêm afirmando que, até este momento não têm podido ir além dos valores aplicados. No caso da TAP, mantêm-se a aplicação dos valores de 1992, sem qualquer fundamento, a partir de medidas arbitrárias e mesmo inconstitucionais visando uma inaceitável retarda de direitos e garantias aos seus trabalhadores".

Assim sendo, exigem que uma proposta de actualização das rubricas salariais apresentada nos moldes preconizados pelos sindicatos deverá ser acompanhada da fixação de um calendário para a negociação de matérias sobre carreiras profissionais e da calendarização da discussão das restantes matérias objectivo de negociação.

Distrito do Porto Desempregados aumentam a uma média de 3500 por mês

Um dos indicadores mais preocupantes da política do Governo é, sem sombra de dúvida, o desemprego, cujo ritmo de crescimento, só no distrito do Porto, se está a processar a uma média superior a 3500 desempregados por mês.

Segundo a União de Sindicatos do Porto, no final do mês de Abril, o desemprego deve atingir um dos níveis mais elevados dos últimos anos, ou seja, cerca de 60 mil desempregados, o que equivale a 8 por cento da população activa do distrito.

A tendência para o crescimento do desemprego é mais acentuada nos concelhos do Porto, Matosinhos e Gaia, os quais respondem por aproximadamente metade dos desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito.

Os sectores mais afectados são o aduaneiro, o têxtil, a metalurgia e as conservas.

Secretariado coordenador do Alentejo

As ações dos sindicatos de Beja, Évora e Portalegre decidiram, numa reunião que efectuaram no início de Março, constituir um Secretariado Coordenador Regional do Alentejo, composto por elementos da direcção de cada uma delas.

Esse órgão foi criado com o objectivo de melhor responder às exigências de participação, de intervenção junto da CCRRA, de garantir a participação nas instituições regionais e elaborar posições e propostas do movimento sindical sobre as políticas regionais.

A primeira reunião do Secretariado Regional ocorreu no dia 8 de Abril.

As três uniões alentejanas decidiram solicitar uma reunião ao presidente da CCRRA para colocarem as preocupações dos trabalhadores que representam e apresentar as propostas do movimento sindical da região.



Mostrar o «outro lado» do cidadão deficiente

Conselho Consultivo Social da Pro'Oeste, organização vocacionada para a formação de pessoas deficientes de que a União de Sindicatos de Leiria faz parte, elaborou uma proposta de trabalho em matéria de divulgação, informação e sensibilização da sua experiência.

Essa proposta tem como principais objectivos específicos desenvolver um conjunto de iniciativas especialmente concebidas para diferentes destinatários e envolver no processo de preparação, dinamização e realização das acções entidades associativas de reconhecida capacidade de mobilização e intervenção.

O Conselho Consultivo da Pro'Oeste elaborou a sua proposta de trabalho partindo da constatação da "necessidade de mostrar o «outro lado» do cidadão deficiente, naquilo que são as suas capacidades e necessidades de desempenhar um papel social intervenientes, designadamente o que diz respeito a um eventual desempenho profissional".

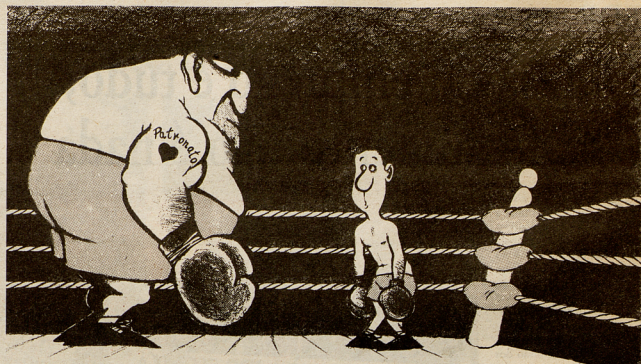


A Greve da TAP durante as 24 horas do passado dia 16 de Abril foi um êxito absoluto apesar do clima de terror psicológico que o Conselho de Administração procurou instalar. O nível de adesão situou-se próximo dos 100 por cento. Todos os sindicatos e trabalhadores da empresa se juntaram contra o Regime Sucedâneo, estebelecido por portaria, logo, sem qualquer negociação prévia e que representa um grave retrocesso relativamente a direitos conquistados ainda antes do 25 de Abril. A causa directa residiu no facto de a Administração da TAP "não querer dialogar com os sindicatos" sobre este diploma ilegal e inconstitucional. A firmeza dos trabalhadores da TAP já havia ficado demonstrada no plenário que efectuaram na manhã do dia 2 de Abril e que contou com a presença do coordenador e outros dirigentes da CGTP-IN. Na foto: aspecto desse plenário.

A FECHAR Primeiro Ministro recebe CGTP-IN

A seu pedido, uma delegação da CGTP-IN, tendo à cabeça Manuel Carvalho da Silva, foi recebida no passado dia 21 de Abril pelo Primeiro Ministro a quem foi transmitir as suas preocupações pela actual situação económica e social e comunicar as conclusões do seu 7º Congresso.

Antes disso, a CGTP-IN fora recebida pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República, pela Conferência Episcopal, pelas direcções de partidos políticos (PCP, PS e UDP) e ainda pela JOC.



Não vás à luta sozinho SINDICALIZA-TE!

Plenário aprova Plano Geral de Actividades para 1993

O Plenário de Sindicatos da CGTP-IN, que reuniu pela primeira vez depois do 7º Congresso no dia 16 de Abril, aprovou o Plano Geral de Actividades para 1993, onde são definidas as linhas gerais da intervenção sindical e o conjunto das acções que, a nível central, vão ser promovidas daqui até final do ano.

O documento aprovado consagra a necessidade de "incentivar uma intensa e permanente acção de dinamização e mobilização dos trabalhadores, a partir dos locais de trabalho, de intensificar e conjugar as lutas reivindicativas e desenvolver grandes acções de massas que respondam aos problemas mais sentidos pelos trabalhadores".

Essa necessidade é determinada, segundo diz o texto de enquadramento, pelo difícil contexto em que irá decorrer a intervenção sindical, e que se caracteriza pelo aumento do desemprego, pela precarização das relações de trabalho e pela degradação do aparelho produtivo. A acção sindical terá ainda que "defrontar-se com os ataques e teorizações movidas contra a acção dos sindicatos e a impunidade com que são desrespeitados e violados os direitos sindicais e

dos trabalhadores". À luz desta apreciação, a acção e a intervenção da CGTP-IN até final de 1993, desenvolver-se-á, "tomando por base os objectivos programáticos aprovados pelo VII Congresso, nomeadamente os objectivos constantes da "resolução para a Acção Imediata". A CGTP-IN vai mobilizar os trabalhadores para a luta pelo direito ao trabalho, por salários justos, pelos direitos, pela redução do tempo de trabalho, pelo direito à segurança social e à saúde.

A CGTP-IN entende que a concretização destes objectivos não pode ser delgada da luta contra a destruição do aparelho produtivo e pela exigência de uma nova política que promova o desenvolvimento e o progresso social.

O PGA aconselha também que não seja descuidada a intervenção no plano institucional e nos organismos nacionais e internacionais em que a CGTP-IN se encontra representada, assumindo a defesa das suas propostas e reivindicações.

Em termos da organização sindical, o PGA assume como acções prioritárias: privilegiar o local de trabalho; proceder a balanços regulares sobre a sindicalização e a eleição de dele-

gados; acelerar os processos de reestruturação sindical, em articulação com a reestruturação administrativa e financeira; dinamizar a execução da política de quadros definida.

A CGTP-IN afirma assumir, "por inteiro, as suas responsabilidades no desenvolvimento de uma acção solidária com vista a dar resposta a toda a ofensiva do patronato e do Governo, seja no plano dos direitos e interesses concretos dos trabalhadores, seja no plano mais global da defesa dos direitos e do bem-estar dos cidadãos e do desenvolvimento solidário e soberano do país".

A par destas iniciativas centrais, estão programadas realizações promovidas pela Inter-Refarmados (II Conferência Nacional), em Novembro, e uma iniciativa nacional no âmbito do Ano Europeu do Idoso e da Solidariedade entre Gerações, além do V Acampamento Nacional da Intervenção de 2 a 15 de Agosto.

Estão, igualmente, programados congressos de diversas uniões e federações que irão determinar grandes esforços de organização e de mobilização a nível da estrutura e cuja realização é de grande importância para a dinamização da actividade sindical.

Calendário das iniciativas centrais

1º DE MAIO - Comemorações do 1º de Maio.

7 DE MAIO - Dia de luta nacional pela segurança social.

FINS DE MAIO - Debate sobre a situação da saúde.

1ª QUINZENA JUNHO - Semana de luta pela defesa da saúde.

1 OUTUBRO - Comemorações do 23º aniversário da CGTP-IN.

OUTUBRO - Seminário sobre a reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

OUTUBRO - Debate sobre política fiscal.

4º TRIMESTRE - Debate sobre a água e a saúde.

4º TRIMESTRE - Debates regionais sobre a implementação, serviços, segurança e saúde nas empresas.

- Seminário "melhorar e Desenvolver a segurança e Segurança Social" (descentralizado nas regiões norte e centro).

Solidariedade com dirigentes da ASPP

A CGTP-IN está activamente solidária com os dirigentes da Associação Sócio-Profissional da Polícia (ASPP) José Carreira, Alberto Torres e Maria Goreti, que estão a ser alvo de medidas persecutórias e brutais por banda do Governo, com o objectivo de afastar dirigentes prestigiados e de confiança da classe, da sua intervenção em prol da defesa dos direitos e interesses dos polícias portugueses, diz um comunicado emitido pela Central no passado dia 25 de Março.

A CGTP-IN, recorda o comunicado, sempre tem apoiado e defendido a materialização do direito de associação e intervenção sindicais dos agentes da PSP, o que pressupõe que está de acordo com as posições expressas pelos seus legítimos representantes, como é o caso, entre outros, destes três dirigentes.

A prática de processar dirigentes associativos em consequência do exercício de actividades legítimas decorrentes dos seus cargos só pode merecer o repúdio dos sindicatos. Por isso a CGTP-IN condena com veemência a prática de atitudes que são próprias de regimes autoritários, onde não vigoram as liberdades democráticas como as que estão consagradas na Constituição da República Portuguesa.

A CGTP-IN afirma a sua determinação de tudo fazer para inviabilizar quaisquer actos punitivos, ilegítimos, autoritários e persecutórios contra os dirigentes da ASPP que estão a ser tomadas com o objectivo de atomizar e calar a voz dos que têm legitimidade para falar em nome dos profissionais da PSP.



Todos por uma escola de qualidade

Constituindo facto pouco vulgar, a Marcha pela Educação, realizada no passado dia 26 de Março, juntou professores, trabalhadores da função pública, estudantes e pais que, a uma só voz, exigiram uma escola de qualidade.

A Comissão Executiva da CGTP-IN enviou aos manifestantes uma mensagem de saudação em que afirma que "o facto de esta marcha recolher apoios tão diversificados é bem demonstrativo de que o actual estado do ensino e educação não agrada a nenhum dos seus agentes, nem serve os interesses estratégicos do país".

Ao mesmo tempo, o órgão dirigente da CGTP-IN manifestou a sua convicção de que a luta em curso contribuirá para que sejam adoptadas as soluções propostas pelos sindicatos e associações de estudantes.

Mulheres escrevem ao 1º ministro

O Governo fez constar que a idade de reforma das mulheres vai deixar de ser aos 62 anos, como até aqui, para passar a ser aos 65 anos. O anúncio desta intenção abstrusa foi feito acompanhar de uma justificação ainda mais absurda: a de que assim se garantiria a igualdade entre os sexos.

Tanto bastou para que se levantasse uma onda de indignação entre as mulheres que resolveram escrever individualmente ao Primeiro Ministro repudiando aquela intenção. A CGTP-IN está a distribuir pelas empresas um "Postal ao Primeiro Ministro" que aqui se reproduz e que está entregue, por junto, ao destinatário logo que todas as mulheres o subscravam.

Senhor Primeiro Ministro

Como cidadã portuguesa, venho expressar-lhe a MINHA PREOCUPAÇÃO E O MEU REPÚDIO PELA INTENÇÃO ANUNCIADA PELO GOVERNO A QUE PRESIDE DE AUMENTAR DE 62 PARA 65 ANOS A IDADE EM QUE AS MULHERES DO NOSSO PAÍS PODERÃO REQUERER A PASSAGEM A REFORMA.

O argumento da igualdade entre homens e mulheres, invocado pelo governo, neste caso não colhe. Roga mesmo a demagogia.

O governo sabe que a redução da idade da reforma é uma aspiração desde há muito manifestada pelas trabalhadoras.

Conhece também as razões que justificam essa aspiração: São as difíceis condições em que a maioria das mulheres trabalha.

É a idade em que muitas delas começa a trabalhar. É o nascimento dos filhos. É ainda o facto de serem elas a assumir, quase exclusivamente, as responsabilidades familiares e as tarefas domésticas, com o inerente desgaste físico e psicológico.

A promoção da igualdade deve começar, como o senhor Primeiro Ministro bem saberá, pela atribuição de pensões de reforma às mulheres trabalhadoras que lhes permitam satisfazer as necessidades mínimas e assegurar uma vida condigna.

COM OS MELHORES COMPLIMENTOS